

**Uma breve história da educação dos cegos no Brasil e a constante luta contra a
“invisibilização” social**

**A brief history of the education of the blind in Brazil and the constant struggle against
social 'invisibilization'**

Júnior Correa de Mello¹
Líncon Bordignon Somensi²
Joel Cezar Bonin³

Recebido em: 08/11/2025

Aceito em: 15/12/2025

RESUMO: Este texto é resultado de uma investigação sobre as representações sociais que envolvem o papel dos cegos no seio social hodierno. Há aproximadamente 500 anos atrás, Juan Luiz Vives ponderou que ninguém é tão deficiente que nada possa fazer. No entanto, o tempo e a reduzida sensibilidade provocada por uma suposta empatia social, produziu um distanciamento da ideia proposta pelo pensador humanista. Quanto aos cegos, ainda mais evidente se fez um processo de invisibilização, um exemplo que endossa essa afirmação é o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854, no Rio de Janeiro. Tudo começou com José Alvares de Azevedo, cego que se qualificou e propôs a criação de uma escola especializada. No entanto, como a história nos mostra, o homenageado foi Benjamin Constant, que não era cego, mas recebeu a honraria de ter o Instituto rebatizado com seu próprio nome. Ao que se seguiu, na construção nacional de ensino especializado para os cegos, percebe-se que sempre houve segregações de funções a depender do gênero dos educandos, denotando o quão forte e concretizador de papeis sociais a cultura vigente da época demonstrava ser. No entanto, Dorina Gouvêa Nowill, conforme o título de um dos seus livros “Eu venci a si mesmo”, mostra que é possível que cada pessoa cega seja autora de sua própria vida, ainda que todos digam qual é o lugar que essas pessoas “devem ocupar”, já que quem não pode ver a beleza da vida é rotulado a se submeter a um jugo peremptório de invisibilização. Além disso, é salutar destacar que este trabalho adotou a metodologia de pesquisa bibliográfica com viés interpretativo-dedutivo.

Palavras-chave: Cego. Invisível. Educação. Representatividade. Capacidade.

ABSTRACT: This text is the result of an investigation into the social representations that involve the role of the blind in today's society. Approximately 500 years ago, Juan Luiz Vives

¹Mestre em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2557-5946>. E-mail: juniormello1@gmail.com.

²Doutor em Ciências Farmacêuticas (UNIVALI). Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8435-7124>. E-mail: lbsomensi@hotmail.com.

³Doutor em Filosofia (PUC-PR). Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0437-7609>. E-mail: boninj7@gmail.com.

considered that no one is so disabled that they can do nothing. However, time and the reduced sensitivity caused by supposed social empathy have led to a distancing from the idea proposed by the humanist thinker. As for the blind, a process of invisibility is even more evident; an example that supports this statement is the Imperial Institute for Blind Children, founded in 1854 in Rio de Janeiro. It all started with José Alvares de Azevedo, a blind man who qualified and proposed the creation of a specialized school. However, as history shows us, the person honored was Benjamin Constant, who was not blind, but received the honor of having the Institute renamed after him. In the following, in the national construction of specialized education for the blind, it is clear that there has always been segregation of functions depending on the gender of the students, denoting how strong and concretizing of social roles the prevailing culture of the time proved to be. However, Dorina Gouvêa Nowill, according to the title of one of her books “I overcame myself”, shows that it is possible for each blind person to be the author of his or her own life, even if everyone says what place these people “should occupy”, since those who cannot see the beauty of life are labeled to submit to a peremptory yoke of invisibility. In addition, it is worth highlighting that this work adopted the methodology of bibliographic research with an interpretative-deductive bias.

Keywords: Blind. Invisible. Education. Representation. Capacity.

INTRODUÇÃO

Desde o início da História do Brasil, o complexo imbróglio educacional enfrenta desafios tão abrangentes nas mais diversas dimensões, que é difícil enumerá-los. Segundo Schwartzman e Brock (2005), dentre esses emaranhados de situações, o professor, pedra angular do processo, é posto em trabalho, na maioria das vezes, sem adquirir a qualificação necessária, o que deixa ainda mais profunda a fissura entre o mundo acadêmico e a realidade vivida pelos estudantes, principalmente aqueles de origem mais carente.

O ponto de vista do autor refere-se ao contexto geral da educação do Brasil de 20 anos atrás. Todavia, o problema persiste insistentemente em nossos dias. Dito de outro modo, isso significa dizer que quando a proposta se volta a especificidade do ensino de cegos e afins, a carência dessa formação específica é ainda mais grassa e, conseqüentemente, essa discussão, por infortúnio, não é aprofundada nos bancos acadêmicos. Entrementes, com o novo formato de educação inclusiva previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), mais dias ou menos dias, alunos com diferentes deficiências: físicas, sensoriais ou intelectuais, serão parte das classes regulares. Mas, qual é o verdadeiro preparo dos docentes para esses desafios?

Partindo desse rumo, essa pesquisa visa compreender a construção da educação dos cegos no Brasil, tendo como marco o Imperial Instituto dos Meninos Cegos instituído pelo decreto 1428 de 12 de setembro de 1854, no Rio de Janeiro, sendo a primeira escola voltada exclusivamente ao ensino dos cegos, ostentando até hoje a marca de ser a única instituição federal para esse público (Brasil, 1854).

Mas, como em todo o trabalho de cunho científico, sempre o melhor resultado de uma pesquisa são as perguntas ou o conjunto de questionamentos que ela engendra. Isso fica claro pois nossa investigação não divergiu desta realidade, pois do início ao fim, além da precária produção sobre o tema, o problema constatado é muito maior do que apenas a deficiência visual. Um dos maiores pilares de injustiça social é a falta de representatividade e autodeterminação percebida por este público, pois conforme se segue no estudo, José de Alvares de Azevedo - deficiente visual - precursor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, não foi reconhecido como tal, vez que quem foi homenageado quando da mudança do nome do referido instituto, foi Benjamin Constant que, como a pesquisa demonstra, teve uma importante participação na instituição, mas quem pensou na homenagem esqueceu de enxergar o cego que fez tudo acontecer. Isso será esclarecido no decorrer de nosso texto.

Neste contexto histórico, a edificação de um trabalho voltado ao público cego foi se dando de maneira segmentada, motivada por pessoas ligadas diretamente a causa ou por empatia. Aliás, é bom mencionar que as outras deficiências passam por situação muito semelhante, pois quando olhamos para a sigla “APAE”, deve-se recordar que ela é uma “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”. Além disso, no invólucro deste apanhado bibliográfico, o percebimento de uma certa inércia do poder público, movido apenas por discursos pouco efetivos também será pautado neste texto.

Não obstante todos esses desafios, é preciso ver um pouco de esperança pois como em todos os jardins, algumas flores são mais perfumadas e Dorina Gouvêa Nowill é, sem dúvida nenhuma, uma das referências mundiais de sucesso tanto na luta pela promoção da educação de pessoas cegas, quanto no seu desenvolvimento pessoal. O título de um dos seus Livros “Eu venci a si mesmo” é o perfeito resumo do bálsamo de uma vida cega que, além dos desafios intrínsecos à cegueira, visa superar os julgamentos deterministas que rotulam as ações dessas pessoas, o que implica também em tantas outras predeterminações tatuadas

como um dogma proibido de questionamentos, principalmente se quem indaga é o próprio cego invisibilizado.

Diante disso, os próximos tópicos abordarão os principais elementos que constituem a discussão histórica e atual das pessoas cegas na realidade nacional e o que tem sido feito ultimamente para o reconhecimento da dignidade e dos direitos destes cidadãos.

A HISTÓRIA INVISIBILIZADA DA EDUCAÇÃO DOS CEGOS NO BRASIL

Por muitas vezes, palavras agudas, principalmente na atualidade soam como ofensivas. Entretanto, por mais que verdades sejam dolentes, elas perduram ao implacável agir do tempo. Com essa licença, é honrado lembrar de algo que foi escrito há aproximadamente 500 anos atrás por um humanista de matrizes judaicas chamado Juan Luis Vives (1493-1540), que redigiu o seguinte a respeito dos cegos:

[...] Ni a los ciegos se les ha de permitir o estar o andar ociosos; hay muchas cosas en que pueden exercitarse; unos son a proposito para las letras, haviendo quien les lea, estudien que en algunos de ellos vemos progresos de erudición nada despreciables: otros son aptos para la música, canten, y toquen instrumentos de cuerda o de soplo: hagan otros andar tornos o ruedecillas: trabajen otros en los lagares ayudando a mover las prensas; den otros a los fuelles en las oficinas de los herreros: se sabe también que los ciegos hacen caxitas, cestillas, canastillos y jaulas y las ciegas hilan y debanan: en pocas palabras: como no quieran holgar, y huir del trabajo, fácilmente hallarán en que ocuparse; la pereza y flojedad y no el defecto del cuerpo, es el motivo para decir que nada pueden. A los enfermos y a los viejos denseles también cosas fáciles de trabajar según su edad y salud; ninguno hay tan invalido que le falten del todo las fuerzas para hacer algo y asi se conseguirá que ocupados y dados al trabajo se les refrenen los pensamientos y malas inclinaciones, que les nacen estando ociosos (Vives, 1781, p. 178-179).

Conforme apontado por Vives (1781), apesar de soar com certo atrito, questiona-se, como essa ideia de que ninguém é tão deficiente que não tenha força para nenhum trabalho, foi suprimida ao longo do tempo pois a invisibilidade ou a incapacidade imputada às pessoas com deficiência, são como uma moléstia de herpes: dormente e silenciosa. Seu tratamento só ocorre quando se manifesta, mas sem a expectativa de “cura”, sendo só remediada até que sua presença volte a ser despercebida.

Essa construção social é tão forte que resulta em pensamentos comuns de incapacidade e desigualdade dessas pessoas diante daquelas que não possuem deficiência. E, infelizmente, isso é levado para várias esferas ou dimensões da sociedade e, especialmente, para a escola. No dia a dia, há quem julgue que, se a pessoa tem uma deficiência, ela não é

capaz de cuidar de sua própria vida ou de tomar decisões importantes, o que se traduz em uma condição de dependência.

Além dessa visão de incapacidade e de dependência, há também outros tipos de julgamentos que refletem percepções carregadas de capacitismo. Por exemplo, quando uma pessoa com deficiência desempenha atividades comuns da rotina de casa ou do trabalho e os outros ficam surpresos com isso. Há também os clássicos casos de paratletas que as pessoas julgam como “exemplos de superação”. Não se trata de superação, mas sim de treino (Oliveira, 2023).

Atualmente, para o enfrentamento da inclusão social, é trazida para a arena das discussões, a Conferência de Salamanca, que ocorreu na Espanha, entre os dias 7 e 10 de junho de 1994. Naquela ocasião, registrou-se que a maneira mais eficaz de promover a inclusão social deve ocorrer através das escolas regulares inclusivas (UNESCO, 1994). Entretanto, no caso das pessoas cegas, isso é um desafio majorado sob o olhar do senso comum. Desse modo,

no viés da Educação Inclusiva, é preciso ter em mente que a aprendizagem é sinônimo de construção, de colaboração e que o professor precisa trabalhar nessa perspectiva. Promover atividades que contemplem a interação e a busca por informação são de extrema importância para a construção do conhecimento. Estratégias que envolvam a colaboração e a cooperação corroboram a aprendizagem e tornam a aula mais humana. Por exemplo, um estudante que convive com outro que tenha alguma deficiência, por exemplo, ou um estudante superdotado que realiza atividades com outros alunos que tenham dificuldades, aprendem melhor a conviver com as diferenças e podem se tornar cidadãos mais tolerantes. Nessa perspectiva, a educação precisa ser transformadora [...] (Alias, 2016, p. 71).

Para tanto, é destacado lembrar a contribuição imortal de Louis Braille. Seu trabalho foi pioneiro no processo de alfabetização e inclusão de deficientes cegos no seio escolar. Não é de nenhuma demasia afiançar que o acesso ao poder do conhecimento perpassa um momento anterior ao método Braille e outro posterior. Primeiramente, no Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris, a escrita era editada de forma linear, semelhante ao que se escreve em tinta. Quando Braille se deparou com o código desenvolvido pelo ex-capitão do exército Chales Marie Barbier De La Serre (1767-1841), tomou consciência de que era preciso revolucionar a forma de escrever e que, por meio de pontos salientes no papel, tudo ficaria simplificado. Isso rompeu com a concepção de que um meio específico para estabelecer um método, construiria um muro entre os alunos cegos e os demais (Cerqueira, 2017).

Esse evento histórico descortinou a implacável necessidade da representatividade original, sem intermediários, ou “co-pilotos” para os deficientes cegos, pois Braille é um exemplo de um representante genuíno que estabeleceu algo verdadeiramente inclusivo e eficiente para a emancipação e autonomia dos cegos. Na atualidade, todavia, uma pergunta bastante ríspida precisa ser feita: quantos profissionais, de fato, buscam promover a inclusão? A depender da resposta, pode-se encontrar os motivos pelos quais as pessoas cegas e outros deficientes são relegadas a “engolirem” o que lhes é imposto e passam uma vida sem outras alternativas, apenas aceitando ordens ou migalhas de seus superiores.

Quando pensamos na primeira movimentação institucional no Brasil, quanto ao ensino dos cegos, é imprescindível citar o projeto levado à Assembleia Geral Legislativa, posta em pauta na sessão de 29 de agosto de 1835, no Rio de Janeiro, proposta pelo deputado Cornelho Ferreira França. Nela, existia a previsão de um professor de primeiras letras para cegos e surdos, em cada uma das províncias da nação. Infelizmente, essa iniciativa não obteve êxito.

Contudo, José Álvares de Azevedo, que era cego, buscou educação em Paris, aprendeu o método Braille e retornou ao Brasil. Teve como aluna, Adélia Sigaud. Ela também era cega, filha do médico José Francisco Xavier Sigaud, médico da câmara imperial. Essa rede de contatos, permitiu a Azevedo o acesso ao imperador. Após todo esse trâmite de conexões, em 12 de setembro de 1854, foi promulgado o decreto 1428, que criou o Instituto dos Meninos Cegos do Rio de Janeiro. Na solenidade ocorrida em 17 de setembro do mesmo ano, estavam presentes o imperador D. Pedro II, a imperatriz Maria Leopoldina e todo o Ministério. Desafortunadamente, como acontece com outros grandes nomes da História, José Álvares de Azevedo não estava presente, pois havia morrido poucos meses antes (Zeni, 2005).

Esse primeiro resgate histórico demonstra um imperativo perturbador, apesar de passados quase 200 anos: esse levantamento de informações denuncia o quanto é preciso que pessoas em cargos privilegiados estejam pessoalmente ligadas a causas de pessoas com deficiência. Pois, nessa primeira empreitada, a ponte entre José Álvares de Azevedo e o imperador só foi possível por conta de um médico diretamente ligado com a monarquia e porque tinha uma filha cega. É um fato que posiciona o Brasil em uma grande inércia histórica de políticas públicas advindas do Estado pois, em regra, essas iniciativas só eclodem após pessoas com grande expressividade política se debruçarem sobre as referidas demandas, mas principalmente em virtude de motivos individuais bem claros, principalmente de

autopromoção. Do contrário, além de invisíveis, os deficientes são tratados como insignificantes do ponto de vista socioeconômico.

Após esse evento, segundo Leão e Sofiato (2019), em 1854, foi fundado o primeiro educandário de cegos do Brasil, denominado de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, sediado em uma casa na capital imperial (Rio de Janeiro). Endereço que permaneceu ali por uma década. Franco e Dias (2007), ao levantarem dados sobre o instituto afirmam que 35 cegos estudavam no Instituto em 1872 e, desse quantitativo de educandos, 20 pagavam pela sua educação na instituição.

Mazzotta (1993), por sua vez, apurou que existiam na mesma época, em território nacional, dados que constavam de uma população de 15.848 pessoas cegas. O contraste com o número de pessoas atendidas pelo educandário é autoexplicativo quanto a insuficiência do serviço oferecido pelo poder público perante a necessidade real da população, o que, de certo modo, ampara uma reflexão comparativa com os dias atuais, quando os órgãos e instituições demonstram um olhar de interesse diante da necessidade da inclusão dos cegos; no entanto, a eficácia das ações ainda é muito precária, para não dizer pífia. Segundo Gabriela Alias,

Vale ressaltar que esses movimentos não são “delimitados”, pois a História é dialética. Em outras palavras, esses movimentos e ações coexistiram e, infelizmente, coexistem até hoje. Destas contradições, surgem as sínteses e, por conseguinte, os resultados. São colocados assim para entendermos a movimentação de cada época, mas não significa que um movimento não possa ter ocorrido enquanto outro está em voga. Por exemplo, hoje vivenciamos o paradigma da inclusão social, da inclusão escolar. Contudo, é comum vermos práticas segregacionistas ou excludentes quando nos referimos as pessoas que “fogem” do padrão socialmente imposto – é o caso, por exemplo, da matrícula de um estudante com deficiência intelectual em determinada escola somente para cumprir a lei, mas não oferecer nenhum tipo de adaptação curricular e flexibilidade que corrobore o processo de aprendizagem desse aluno, visto como incapaz, inapto, inferior, e sendo somente sua deficiência e limitações enfocadas, como era na época em que a exclusão e a segregação estavam em voga (Alias, 2016, p. 12-13).

Tendo essas constatações como elemento-chave para a compreensão dos desafios que os cegos enfrentaram e enfrentam em sua faina diária, se torna muito necessário compreender como o Imperial Instituto dos Cegos se tornou um marco simbólico e histórico na educação dos cegos de nosso país e as principais figuras que administraram o Instituto.

O IMPERIAL INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS E OS OUTROS INSTITUTOS NACIONAIS INSPIRADOS EM SEU MODELO

O primeiro diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi José Francisco Xavier Sigaud, o médico já citado no tópico anterior. Após o falecimento de Sigaud, em 1856, por meio de decreto imperial, Cláudio Luís da Costa assumiu o posto à frente da instituição. Cláudio também acumulou a atribuição de médico do Instituto. Em 1866, houve a mudança de endereço da instituição, que passou a funcionar nas proximidades da antiga Praça da Aclamação, hoje praça da República, no Rio de Janeiro. No ano de 1869, com a morte de Cláudio, assume Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que já lecionava na casa. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, viu seu fim somente na Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e teve apenas estes três diretores (Leão; Sofiato, 2019).

Zeni (2005) faz algumas ponderações relevantes quanto a algumas peculiaridades dos diretores. Sigaud teve um mandato bastante curto, de apenas 2 anos. Já Cláudio, durante sua gestão, dedicou esforços disciplinares tanto para com os alunos, quanto para com os professores, além de grande austeridade econômica. Já Benjamin Constant, foi o único que não residiu junto ao instituto, inclusive descumprindo parte do regulamento, vez que morar na própria instituição era uma imposição regulamentar vigente na época.

Ainda segundo Zeni (2005), há dois destaques muito importantes. O primeiro: Benjamin Constant, muito ligado a educação, foi tão relevante na sua insistência de melhorias e ampliações nos serviços ofertados pelo instituto, que foi homenageado, na posteridade, com o seu nome à frente do novo instituto. E em, segundo lugar, que Cláudio, o segundo diretor do Instituto, não detinha nenhuma ligação anterior com a educação de pessoas cegas antes de ocupar o cargo de diretor. Ainda menciona que mesmo em visita a Paris, Cláudio nada registrou a respeito do Instituto, que naquela época, já era considerado uma referência para a educação de pessoas cegas no Brasil.

Diante desses primeiros passos da educação dos cegos no Brasil, cabe advertir que apesar da ideia embrionária da fundação de um educandário em solo brasileiro ter sido defendida por José Álvares de Azevedo que, como já mencionado, era cego, a direção nunca foi exercida por uma pessoa nessa condição. Em outras palavras, esse fractal corrobora com a nossa contemporaneidade: a subserviência representativa ou incapacidade de autorrepresentação sempre foi um fator limitador da ação das pessoas cegas em seu próprio favor. O grande deboche é que quase duas centenas de anos se desenrolaram e os cegos continuam amarrados a representantes que “tudo veem” e pouco fazem.

Ainda dentro da conjuntura das escolas de cegos no Brasil, logo após o fim do Império, em 1889, logo após a Proclamação da República, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi rebatizado de Instituto Benjamin Constant, conforme homenagem proferida pelo governo da época. Apesar das controvérsias, é muito pertinente outorgar ao Instituto Benjamin Constant, o título de principal modelo e inspiração para todos os institutos que se seguiram dentro do território nacional. Silva (2010), destaca que, desde 1854, com a inauguração do Instituto Imperial dos Meninos Cegos e sua posterior reformulação em Instituto Benjamin Constant, ele ainda é o único educandário exclusivamente federal voltado a educação exclusiva de pessoas cegas.

Nessa teia, dentro do escopo de reformas educacionais promovidas pelo governo nas primeiras décadas do século XX, em 2 de setembro de 1926, foi inaugurado o instituto São Rafael, localizado na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. O governador da época, Fernando de Mello Vianna, foi um dos poucos políticos da época que se preocupou com o bem-estar e a educação das pessoas cegas em seu estado. De fato, o Instituto São Rafael foi a primeira escola de cegos inaugurada durante a República e a segunda escola especializada do país. Além do ensino primário e secundário, a escola de cegos, promovia o ensino da música e do ensino técnico profissionalizante (Oliveira, 2010).

Oliveira (2010), ainda faz uma advertência consideravelmente importante quanto a segregação percebida no ensino. Nas matérias técnicas, existia uma marcenaria, uma oficina e uma imprensa Braille, destinada aos alunos cegos. Já para as alunas, existia uma sala de agulhas com bordados, tricô e crochê. Isso levava ao entendimento de que existiam funções profissionais para homens e para mulheres, até mesmo dentro de um grupo social tão apartado com o dos cegos. O autor ainda menciona que um grande sucesso era percebido com o ensino profissionalizante da música para os meninos, pois aqueles que verdadeiramente conseguiram se encaixar em espaços formais de trabalho, na sua grande maioria, eram alunos masculinos.

A música, arte audível, que dispensa a visão para sua execução, era uma espécie de passaporte para a convivência social dos cegos em espaços que transcendiam os muros do Instituto. Oliveira (2010), também compreende que o cego se tornar um artista, frequentador de bares, concertos, até mesmo cabarés, funcionava como uma espécie de privilégio em comparação aos seus próprios pares. Assim, o cego músico adquiria um certo prestígio,

percebido como uma maneira de inclusão ou compensação, pela segregação comum que sofria.

O Instituto Padre Chico, foi a terceira instituição a tratar do ensino dos cegos no Brasil. Suas atividades tiveram início em 7 de setembro de 1927, com um evento médico. Tratava-se da “Semana Oftalmo-Neurológica” encabeçada pelo médico José Pereira Gomes. O médico, percebendo a crescente demanda do público cego e consequente descaso diante da deficiência, resolveu militar pela causa. Então, o Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo, instituiu uma comissão de voluntários, para levar adiante a criação de um instituto para cegos. Em 7 de outubro do mesmo ano, uma beata fez a doação de um terreno, com a única exigência: a de que o instituto deveria ter o nome em homenagem ao Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, figura muito querida no meio religioso e popularmente conhecido como Padre Chico. Em 18 de fevereiro de 1928, um segundo terreno localizado no Ipiranga (na cidade de São Paulo) foi doado. Nesse caso, o terreno já tinha um galpão pré-fabricado. Com isso, foi vendido o primeiro terreno e os recursos adquiridos foram empregados na finalização do galpão já existente. Logo após as reformas, na data de 29 de novembro de 1928, o Instituto Padre Chico abriu definitivamente suas portas ao público (Silva, 2010).

Silva (2010), em seu estudo, vislumbrou um ambiente diferenciado. Em meio a tantas notas, destacou que apesar do prédio/galpão estar com mais de 80 anos, muitas soluções simples, porém eficazes, tornaram o espaço acessível e seguro aos cegos. Diferentes texturas nos pisos, bem como cordas-guia, além de viveiros com pássaros próximos às entradas de ambientes de estudos, conferiram independência e capacidade de localização aos cegos. Com a ideia dos pássaros, percebeu-se que, em uma das salas, ao lado da entrada, existia uma gaiola de araras e, pelo cantar delas, os cegos podiam facilmente localizar a porta.

Ainda nas palavras de Silva (2010), o Instituto era filantrópico e vivia de doações, no entanto, impressionava a qualidade e a quantidade de formações e atividades ofertadas aos cegos. Lazer, esporte e o ensino formal compunham a grade de atividades do Instituto Padre Chico, que era gerido por uma entidade religiosa.

Por seu turno, em Porto Alegre-RS, também sob um olhar religioso, foi fundado em 01 de março de 1941, mediante inspiração de Dona Lydia Moschetti, o Instituto Santa Luzia. Com o objetivo de acolher os cegos e dar oportunidades ainda inexistentes a eles naquele estado

brasileiro. Inaugurado oficialmente no dia 20 de setembro de 1941, atendeu inicialmente 50 cegos. Com o decorrer do tempo, o instituto passou por diversas adequações no seu nome e, em 1975, ficou denominado como Instituto Santa Luzia – Escola de Primeiro Grau para Cegos (Instituto Santa Luzia, 2024).

Em fevereiro de 1942, Dona Lydia doou completamente as dependências da Instituição para a Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Com a intenção de proporcionar um caminho de integração social, as 4 primeiras freiras que iniciaram os trabalhos, lecionaram aos cegos os seguintes conteúdos: a) Formação intelectual; b) Formação moral, c) Formação religiosa e d) Formação profissional, além de Conforto Material. O espaço ficou pequeno para tanta demanda. Assim, um terreno ao lado foi adquirido, no entanto, logo o espaço ficou insuficiente. Mas em 1955, a prefeitura fez a doação de um terreno na Avenida Cavallhada, 3999, em Porto Alegre, que pôde comportar um número muito maior de pessoas. Aliás, este endereço ainda é o mesmo, onde funciona atualmente. Vale destacar que o Instituto Santa Luzia, atendeu os cegos inicialmente no regime de internato e semi-internato e, depois, de externato, de todo o Rio Grande do Sul e de outras localidades do país (Instituto Santa Luzia, 2024).

No ano de 1998, com as novas posições da LDB (Brasil, 1996) e do ECA (Brasil, 1990), avaliou-se que a institucionalização dos cegos lhes causava um efeito segregacionista. E, partindo desse entendimento, medidas para a substituição do sistema de internato foram tomadas e os atendimentos passaram a ser em contraturno ao ensino regular (Instituto Santa Luzia, 2024).

Em São Paulo, no ano de 1950, ocorreu um verdadeiro marco quando se trata de educação de pessoas cegas no Brasil, pois foi fundada a primeira classe Braille no ensino regular. Sua primeira etapa foi estabelecida em caráter experimental e 3 anos após sua inauguração, o então governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, através da lei 2287 de 3 de setembro de 1953, dispôs sobre a criação de classes Braille nos cursos de pré-primário primário, secundário e de formação profissional. Assim, com essa nova lei, no mesmo ano, o ensino em Braille recebeu o status de turma oficial. Outrossim, na respectiva norma, foi sequencialmente aprovada a implantação de 10 novas classes que foram definidas conforme a densidade populacional de cegos, sob tutela da Secretaria de Educação da época (São Paulo, 1953).

Ainda dentro da década de 1950, precisamente no ano de 1956, ficou instituída a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais”, tendo seu nome alterado nos anos 1960 para “Campanha Nacional de Educação dos Cegos”. Esse movimento seria imediatamente subordinado ao Ministério de Educação e Cultura (Rocha, 1987).

Nessa etapa do desenvolvimento da estruturação da educação dos cegos no Brasil, é bem importante refletir a respeito da participação estatal federalizada, pois até então, majoritariamente se observava uma grande concentração em ações privadas, de caráter exclusivamente caridoso, sendo que seus maiores contribuintes eram movidos por razões filantrópicas. Isso é válido de destacar pois, de certa maneira, o envolvimento governamental demandou um processo um tanto quanto tardio, se levarmos em consideração a fundação do hoje denominado Instituto Benjamin Constant por parte do governo federal, já que essa primeira participação enquanto Estado se deu por volta de um século antes.

Desde então, houve um grande hiato nas ações governamentais a favor dos cegos. Isso reverbera em contraste com a atualidade, no sentido de que os cegos continuam sendo, de certa maneira, muito esquecidos pelos governos nacionais.

Infelizmente, a grande anedota é que os cegos são tão antigos quanto a própria Bíblia; contudo, tal qual como na época do livro sagrado, quase todos os cegos vivem à espera de um milagre de inclusão social. Diante disso, se faz óbvia a pergunta: será preciso mais dois milênios e a segunda volta de Jesus, para que a simples dignidade humana prevista na Constituição Federal seja verdadeiramente contemplada para todos e todas, sem exceção? Para responder essa pergunta, basta perceber, que o posicionamento social das pessoas com deficiência depende muito da interpretação dogmática de quem possui o poder de “condenar”, como se percebe no texto a seguir:

Na transição do período Antigo para a Idade Média, a influência e difusão da doutrina cristã é muito marcante e, por isso, embora em menor medida, a conotação de pecado permanece. O fato de o cristianismo conceber todas as criaturas como divinas ameniza parte das consequências que essas pessoas sofriam. Mas a deficiência continuava sendo concebida como pecado, e isso ainda fazia com que um dos destinos principais dessas pessoas fossem as chamas da Inquisição para a purificação desse pecado. Há registros de que muitas crianças com deficiência e suas mães foram levadas às fogueiras. Somente adiante, com o início das Cruzadas – as guerras santas nas quais os homens se lançavam “em nome de Deus” –, a Igreja, de um modo geral, começou a modificar essa concepção. Quando os soldados voltavam dessas guerras cegos e com mutilações, por exemplo, o argumento de que a deficiência é uma marca do pecado não era mais admissível, já que esses soldados haviam partido sem essa condição para lutar “pela fé”. Com essa mudança, algumas

igrejas passam a acolher essas pessoas, porém, de maneira segregada e com uma concepção fortemente caritativa (Oliveira, 2023, p. 7).

Como se vê, historicamente, os cegos estão associados ao pecado ou ao infortúnio. Somente com a guerra e as consequentes mutilações sofridas em nome de Deus que o seu papel recebeu um novo valor. Este estigma não é novo, mas persevera como rótulo e emblema de castigo. Apesar dessas pesadas agruras, existem casos formidáveis. E o Brasil pode ser apontado como um exemplo promissor. Dentro da comunidade de pessoas com deficiência visual, devemos citar Dorina Nowill, considerada uma referência mundial na luta por inclusão social desse público. No próximo tópico, apresentaremos de modo sucinto sua história de luta e superação.

APESAR DO PESO DO ESTIGMA, HÁ MOTIVOS PARA SEGUIR EM FRENTE

Segundo Candido (2022), Dorina Nowill teve seu trabalho reconhecido internacionalmente. Prova disso é que ela foi uma das maiores autoridades em acessibilidade na ONU (Organização das Nações Unidas) nos anos 1980. Também fez parte do Comitê Internacional para Integração de Pessoas com Deficiência. Sempre atuante cobrou, constantemente, a necessária transferência de tecnologia de acessibilidade dos países desenvolvidos para os mais pobres.

Um aspecto que deve ser pontuado nesse trabalho, é observar o quanto foi disruptivo o destaque que Dorina Nowill conseguiu pois, isso ocorreu na segunda metade do Século XX. E se, na atualidade, passado praticamente meio século, as barreiras pouco foram sobrepujadas, é preciso imaginar os desafios que ela enfrentou naquele tempo, principalmente em função de dois elementos importantes: sua cegueira que permaneceu sem diagnóstico desde os seus 17 anos e o fato de ser mulher, ou seja, por pertencer a dois grupos sub-representados. Mas nem a cegueira, nem o fato de ser mulher em tempos de sociedade conservadora foram suficientes para frear seu brilhantismo.

Quanto a biografia de Dorina Nowill: ela nasceu em 28 de março de 1919, em São Paulo-SP. Iniciou a vida escolar no externato Elvira Brandão em 1927, formando-se em 1935 no ginásio. Logo após ficou cega, quando estava com 17 anos de idade. Foi a primeira mulher com deficiência visual a se formar professora pela Escola Normal Caetano de Campos, em 1945. Durante sua formação com ajuda de colegas, desenvolveu um método para educação

de crianças cegas. Com isso, Nowill obteve aprovação de um projeto para a implementação de seu método pelo governo do estado de São Paulo nos anos 1950, o que resultou na criação da primeira turma de especialização de educação para cegos da América Latina (Silva, 2019).

Dentro da construção do trabalho de Nowill, sua viagem em 1946 para os EUA, serviu de validação da metodologia criada por ela e suas colegas para a educação de crianças cegas, vez que pôde observar que os trabalhos executados naquele país eram bastante semelhantes aos trabalhos desenvolvidos aqui no Brasil.

Nessa fase do trabalho desenvolvido por Nowill, destaca-se sua competência de liderança. A partir de suas ideias, ela passou a liderar um grupo de professoras voluntárias que transcreviam livros para cegos. Outro aspecto merecedor de destaque, trata de lembrar que, além dos livros curriculares, Dorina também se preocupava com a cultura, transcrevendo livros voltados a cultura brasileira, para que a formação deste público pudesse ser mais ampla e equivalente à dos outros alunos da época.

Tratar de todos os pontos de quebra de paradigmas, bem como de todos os incontáveis desafios que Nowill enfrentou e venceu, é simplesmente inviável em um artigo apenas. Para esse fim, talvez até mesmo um livro todo dedicado seria pouco, até porque os detalhes das lutas silenciosas e invisíveis, na grande maioria das vezes, são apenas vivenciados, sentidos e digeridos por quem vive uma causa.

Nesse sentido, ainda se destaca a forma como Nowill conseguia materiais para a consecução de suas atividades de promoção dos direitos dos cegos. Um caso curioso é o das “regletes” usadas pelas voluntárias para que escrevessem no sistema Braille. Na época, Dorina buscou auxílio político junto ao embaixador José Carlos Macedo, interventor do estado de São Paulo que, verdadeiramente comovido pela luta e com o trabalho de Dorina, fez com que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro contribuísse com a produção e doação de regletes⁴.

Dorina, também sabia se relacionar muito bem com as pessoas com quem teve a oportunidade de conhecer. Destaca-se que essa capacidade foi construída de maneira inata, pois na época, conceitos de networking, nunca haviam sido mencionados e, por perspicácia própria, obteve resultados inimagináveis que vieram a ser concretizados ao longo do tempo. Prova disso é a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, criada em 11 de março de 1946, com

⁴<https://civiam.com.br/voce-sabe-o-que-e-reglete/>. Acesso em 01 abr. 2025.

a doação de Adelaide Reis de Magalhães, pessoa que além de doadora financeira, também foi a primeira presidente da fundação.

Como Dorina atuava de maneira incansável, é importante destacar que essas coisas foram se desenvolvendo rapidamente e com diversas interações com pessoas da sociedade civil e do meio político. Como já mencionado, Dorina viajou aos EUA para aperfeiçoar seus estudos e apresentar seu método de ensino. Nessa viagem, pleiteou uma imprensa Braille para ampliar os trabalhos no Brasil. Após uma intensa rodada de entrevistas, convenceu as instituições americanas de que seria factível e viável a doação e implantação do equipamento no Brasil. No entanto, após conseguir uma reunião com o então governador paulista Ademar de Barros, ele apesar de entusiasmado, alertou sobre a dificuldade de encontrar um espaço adequado para a instalação do equipamento.

Mas, como boa negociadora, Nowill conseguiu um espaço: uma pequena sala na Rua Prates, bairro do Bom Retiro, em São Paulo, no final dos anos 1940. Mas um fato muito desapontador se destaca: o endereço era exatamente ao lado do depósito de “lixo” da prefeitura. Existem duas maneiras de sentir essa instalação ao lado do descarte do que “não presta mais”. A primeira é otimista pois algo foi iniciado, feito e funcionou. Mas, por outro lado, talvez bastante crítico, mas igualmente necessário, deve-se perguntar: o que conceitualmente representa dividir parede com o lixo da prefeitura? Difícil acertar com precisão, mas a comparação com a exclusão e o descarte é inevitável (Oliveira, 2014).

Todavia, é preciso ponderar: outra instituição com importância nacional e com relações internacionais tão profundas como a de Dorina Nowill aceitaria esse endereço? Alguma secretaria de educação ou ministro de educação inalaria o mesmo cheiro de um depósito de lixo? Possivelmente não. Contudo, Dorina e seus voluntários dividiram e inalaram o fétido cheiro de um depósito de lixo durante seu trabalho mesmo sendo reconhecido pela ONU. Isso mostra o nível de engajamento e heroísmo de Dorina Nowill.

Esses fatos não podem ser esquecidos, porque infelizmente ainda são recorrentes. Associações que definham tentando escapar da falência, com pessoas ocultadas e jogadas em salinhas inservíveis à administração pública, como se pode notar, não é uma prática nova em nosso país. Não se trata de enaltecer o mínimo que foi feito, mas de estabelecer qual é a franca e honesta participação dos cegos na vida socioeconômica. De um lado, pessoas tão humanas que dedicam seu trabalho voluntário para proporcionar desenvolvimento a outras

colocadas ao lado do lixo municipal; mas de outro, pessoas labiosas e politiqueiras que sempre dizem que é uma situação na qual “precisam pensar” (Oliveira, 2014).

Dorina foi gigante pois após todos esses feitos já mencionados, ela ainda contribuiu muito mais. Um dos pontos interessantes sobre sua história é que diferentemente de muitos heróis, ela obteve o devido reconhecimento em vida, quando a Fundação para o Livro do Cego foi renomeada com o seu nome.

Ao que se segue, na história, certamente que seu trabalho foi um divisor de águas, servindo de inspiração para a continuidade e replicação de seus projetos em outros estados. É simplesmente impossível mensurar o quanto foi e é importante a existência de Dorina Nowill para o Brasil e para o mundo. No entanto, imaginar um desenvolvimento educacional e a afirmação concreta de que cegos podem ser protagonistas de suas histórias, sem Dorina, certamente seria muito mais difícil, para não dizer, talvez, sem seu exemplo, impossível.

Segundo Silva (2019), Dorina Nowill foi uma verdadeira criadora de espaços de inclusão de pessoas com deficiência visual. Mas para além de criar espaços, ela foi uma ativista que ocupou espaços, e por si só era a própria propaganda de seu ativismo. Através de sua luta, realizações e conquistas, foi uma cega que se fez enxergar. Deu voz as demandas da educação dos cegos, bem como se fez ouvir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já pontuado neste trabalho, a educação especial do Brasil teve sua primeira movimentação proposta em projeto de lei pelo então deputado Cornélio Ferreira França, em 29 de agosto de 1835. À época, ele pretendia a criação de uma classe para surdos e cegos; contudo, o projeto não prosperou. O que se efetivou, na verdade, em 1852, foi a inauguração do hospício São Paulo e o hospício Dom Pedro II, em 1853. O objetivo central dos hospícios era o de segregar as pessoas deficientes e rotulá-las como “loucas”, para não permitir que essas pessoas incomodassem ou colocassem em risco a segurança das pessoas “normais”. Esses movimentos estavam, de certa maneira, conectados com as ideias de higienismo social, algo muito comum naquele momento histórico (Álias, 2016).

Como se vê, nada mais próprio de um ímpeto higienista social do que jogar as pessoas cegas (e tantos outros deficientes) ao lado do lixo já descartado ou trancafiá-las em celas hospitalares. Ainda cabe mencionar que, na época dos fatos, conceitos de reciclagem nem

sequer eram debatidos, o que, nos faz deduzir que, faticamente, os cegos, talvez, possuísem a mesma importância de uma sacola de lixo: como não eram recicláveis, deviam ser abandonados.

Dentro desse pensamento reflexivo acerca do “lugar” dos cegos, ou pessoas com deficiência na sociedade, é justo destacar que Oliveira (2023) argumenta que existe pouca bibliografia histórica a respeito da sociedade PcD. No entanto, segundo a própria autora, misticismo, abandono e extermínio sempre estiveram presentes como fundamentos do tratamento a essas pessoas. Deficientes são vistos como “seres míticos”: algo decorrente da falta de compreensão sobre quem eles são, o que implica em pensar que sua realidade é um castigo da vontade divina. Abandono: porque, na maioria das vezes, a dificuldade de locomoção impede o deslocamento de povos nômades com melhor fluidez. Isso hoje pode ser traduzido pela dificuldade de mobilidade e acessibilidade que muitos deficientes sofrem no mundo urbano. Já o Extermínio é uma lembrança greco-romana: nas sociedades daquela época, cultuava-se a perfeição e o preparo para a guerra. Os deficientes não participavam da guerra e hoje não participam dos espaços públicos como deveriam. Seu extermínio hoje não é a morte física, é a morte social.

Diante disso, o que se percebe, de fato, é que ao longo da história, sempre existiu um motivo para segregar as pessoas com deficiência. Outrossim, na atualidade, a grande desculpa é o capitalismo, que defende o argumento da ineficiência das pessoas com deficiência no mundo do trabalho que premia os melhores resultados. Apesar disso, seja por motivos religiosos, de eficiência, de força ou por fatores econômicos, ao longo da história, quem é deficiente sempre tem um bom motivo para ser equiparado ao lixo. Aliás, atualmente, a nova modalidade de abandono ou extermínio é o esquecimento e a invisibilização. Mudou-se o cenário, mas as práticas seguem os mesmos padrões.

REFERÊNCIAS

ALIAS, Gabriela. **Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva**. São Paulo: Cengage Learning, 2016. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522123544>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.428, de 12 de Setembro de 1854**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Crea%20nesta%20C%C3%B4rte%20hum,Imperial%20Instituto%20dos%20meninos%20cegos>. Acesso em 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 01 abr. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em 01 abr. 2025.

CANDIDO, Marcos. **Dorina Nowill: quem foi ativista e educadora cega. Quem foi ativista e educadora cega**. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eco/amp-stories/dorina-nowill-quem-foi-ativista-e-educadora-cega/>. Acesso em: 09 mar. 2025.

CERQUEIRA, Jonir Bechara. O legado de Louis Braille. **Revista Benjamin Constant**, 2017. Disponível em <https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/440> Acesso em 01 abr. 2025.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A educação de pessoas cegas no Brasil. **Avesso do Avesso**, v. 5, n. 5, p. 74-82, 2007. Disponível em: http://feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v5_artigo05_educacao.pdf Acesso em: 02 mar. 2025.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa; SOFIATO, Cássia Geciauskas. A Educação de Cegos no Brasil do Século XIX: revisitando a história. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 25, n. 2, p. 283-300, jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382519000200007>. Acesso em 01 fev. 2025.

INSTITUTO SANTA LUZIA. **Nossa História: educação vicentina na história. Educação Vicentina na história**. 2024. Disponível em: <https://isl-rs.com.br/nossa-historia/#>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Trabalho docente e formação de professores de educação especial. São Paulo: EPU, 1993. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 74, n. 176, 1 jan. 1993. Disponível em <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1144> Acesso em 01 abr. 2025.

OLIVEIRA, Flávio Couto e Silva de. **Luz aos cegos, sons ao mundo: aspectos do ensino musical escolar sob o método Braille em uma escola brasileira (1926 a 1935)**. Cadernos da CAADE, n. 2 – Sociedade e Pessoas com Deficiência. Governo do Estado de Minas Gerais, 2010 (p. 35-47). Disponível em https://www.researchgate.net/publication/304825873_Inclusao_de_pessoas_com_deficiencia_no_trabalho_estudo_em_empresas_com_menos_de_cem_empregados_em_Contagem_MG Acesso em 10 mar. 2025,

OLIVEIRA, Regina Fátima Caldeira de. Dorina Nowill e a escada da vida. Revista **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 20, edição especial, p. 79-91, nov. 2014. Disponível em <https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/359> Acesso em 10 fev. 2025.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. **Educação especial: formação de professores para a inclusão escolar**. São Paulo: Contexto, 2023. Coleção Educação na universidade. Ebook. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414486/epubcfi/6/8\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcreditos.xhtml\]!/4\[EDUCACAO_ESPECIAL_Editado-3\]/2\[_idContainer006\]/44/1:0\[%2CCDD\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414486/epubcfi/6/8[%3Bvnd.vst.idref%3Dcreditos.xhtml]!/4[EDUCACAO_ESPECIAL_Editado-3]/2[_idContainer006]/44/1:0[%2CCDD].). Acesso em: 01 abr. 2025.

ROCHA, Hilton. **Ensaio Sobre a problemática da Cegueira: prevenção, recuperação, reabilitação**. Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha, 1987.

SÃO PAULO. **Lei nº 2287, de 03 de setembro de 1953**. Dispõe sobre a criação de Classes Braille nos cursos pré-primário, primário, secundário e de formação profissional em geral e dá outras providências. 1953. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1953/lei-2287-03.09.1953.html>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1320, 2005.

SILVA, Juliana Rocha. **O ensino de matemática para alunos cegos: o olhar de uma professora**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2010. Disponível em <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/24688> Acesso em 10 fev. 2025.

SILVA, Jammerson Yuri da. **Além do olhar: a atuação de Dorina Nowill na educação especial para cegos**. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58969>. Acesso em: 02/04/2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394> Acesso em: 04 nov. 2024.

VIVES, Juan Luis. **Tratado del socorro de los pobres**. Compuesto en latín por el Dr. Juan Luis Vives. Traducido en castellano por el Dr. Juan de Gonzalo, Nieto, Ivarra. Valencia. Imprenta de Benito Monfort (1781). Disponível em <https://www.cervantesvirtual.com/obra/tratado-del-socorro-de-los-pobres-compuesto-en-latin-por-juan-luis-vives-traducido-en-castellano-por-el-dr-juan-de-gonzalo-nieto-ivarra-886021/> Acesso em 15 mar. 2025.

ZENI, M. **Os cegos no Rio de Janeiro do Segundo Reinado e começo da República** (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em http://antigo.ibc.gov.br/images/conteudo/AREAS_ESPECIAIS/MEMORIA/acervo_bibliografico/teses/ZENI_Mauricio_Os_cego_no_Rio_de_Janeiro_Salvo_Automaticamente.pdf Acesso em 01 abr. 2025.